



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALENQUER

(SANTO ESTÊVÃO E TRIANA)

(SESSÃO ORDINÁRIA)

ATA Nº5 // 2025-2029

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis reuniu, no Edifício do Centro de Convívio do Porto da Luz e Pancas sito na Rua do Bairro Novo, Porto da Luz, 2580-383 Alenquer convocada pelo seu Presidente, a Assembleia de Freguesia, no uso da competência que lhe confere o Dec. Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na subsecção II art.º 12.1.

Na Assembleia estiveram presentes os membros: João Carlos Domingos David (MIUFA), Matilde Vieira Faria (PSD), João Nuno Tralha Parreira Rucha (PSD) Paulo Fernando Coelho Carvalho Pascoal (PSD), Pedro Filipe Ladeira de Sousa (PSD) Miguel de Almeida Fava Lopes Rucha (PSD) Pedro Miguel Lourenço Pereira (PS), Vera Lúcia Marques Ribeiro (PS), Pedro José Roxo Pereira (PS), Mónica Sofia Moisés Ralas (PS), Diogo João Saudades Figueira (CHEGA) Pedro Rodrigues da Silva (CHEGA) e Fábio Alexandre de Oliveira Coutinho Roxo (CDU).

A referida sessão teve início pelas vinte e uma horas e dez minutos, tendo a mesa da assembleia a seguinte constituição:

Presidente: João Carlos Domingos David (MIUFA)

1º Secretário: Matilde Vieira Faria (PSD)

2º Secretário: Pedro Rodrigues da Silva (CHEGA)

O Presidente da Assembleia de Freguesia iniciou os trabalhos indicando que os mesmos se estariam a realizar fora da habitual sala de reuniões da Sede da Freguesia, por sugestão do Sr. António Filipe, eleito da CDU. O mesmo teria sugerido a Assembleia realizar-se nas instalações da Sociedade Recreativa do Camarnal, mas uma vez que as mesmas não estariam disponíveis na data apontada para a realização da mesma, o Executivo decidiu pedir as instalações do Centro de Convívio do Porto da Luz e Pancas, onde a mesma se realizou. Aproveitou para agradecer a todos os membros da Coletividade a cedência da sala para a realização desta Assembleia de Freguesia.

Antes do período antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia, solicitou à 1.ª secretária, Matilde Faria, que pudesse ler três moções propostas pelo Movimento Independente à União das Freguesias de Alenquer, para votação e que ficam anexas a esta ata. O eleito do Chega, Diogo Figueiras também quis ler duas moções, moções essas que também ficarão anexas a esta ata.

Passando depois para o período da intervenção do público, o Presidente da Assembleia questionou se existiam algumas intervenções dos presentes.

Tomou a palavra o Sr. Paulo Costa e passamos a citar: “Boa noite a todos, o meu nome é Paulo Costa, sou funcionário da União das Freguesias de Alenquer. Hoje venho trazer um assunto em relação ao antigo executivo liderado pelo Sr. Paulo Matias. Tem a ver com a venda do ferro velho. O Sr. Paulo Matias mandou funcionários da Junta vender ferro velho e com esse dinheiro fez um almoço, convidou certas pessoas, não todos os funcionários, só alguns funcionários e hoje tenho aqui o resto... algum dinheiro que me foi dado pelo Sr. Vitor Patinho, o atual chefe da União das Freguesias de Alenquer. Vou entregar pessoalmente ao Presidente da Assembleia para depois o senhor ou alguém quisesse fazer alguma coisa sobre este dinheiro. Este dinheiro é o restante dinheiro que foi dividido das sobras do dito almoço que foi pago. Obrigado. Qualquer pergunta que queiram fazer, eu estou aqui para responder. Tenho meu colega aqui ao meu lado que também pode-me ajudar a responder. Obrigado e boa noite.”

O Presidente da Assembleia de Freguesia, João Carlos David, agradeceu a intervenção do Sr. Paulo e questionou se existiam mais intervenções do público. O Sr. Paulo Costa dirigiu-se ao Presidente da Assembleia para lhe entregar o envelope que continha o dinheiro. O Presidente da Assembleia disse que naturalmente que o envelope iria ser entregue à Tesoureira da Junta

uma vez que não compete à Assembleia de Freguesia ficar com valores monetários. Questionou também o porquê de passados cerca de 8 meses após a tomada de posse, só agora ter sido feita esta entrega de valores.

Tomou a palavra um elemento do público que não se identificou e passamos a citar: “O porquê de ser tarde é porque foi levantado aí numa assembleia a venda do ferro velho e não tínhamos nada que comprovasse a venda do ferro velho e depois conseguimos criar elementos que confirmavam a venda do ferro velho, onde nós confrontámos o nosso encarregado e o nosso encarregado disse que não sabia de nada do ferro velho nem de nada a ver com ferro velho. Nós fomos para o estaleiro, por acaso encontrei a Maria do Rosário, confrontei-a com o ferro velho, ela disse-me que quem tem dinheiro do ferro velho é o Vitor Patinho da venda do ferro velho e o Paulo Matias tem o restante. Nós confrontámos o Vitor Patinho que ficou meio embaraçado e então tinha 99€ e mais 20€ que havia do Sr. Paulo Matias. Depois esse dinheiro foi solicitado a ele entregar esse dinheiro para nós entregarmos esse dinheiro a vocês. Nunca houve grande disponibilidade. Onde ele foi agora há um mês confrontado que tinha de dividir o dinheiro ou fazer alguma coisa ao dinheiro e onde ele fez a divisória do dinheiro e que dava 10€ a cada um e está aí três elementos a quererem entregar o dinheiro. Para mais esclarecimentos podemos esclarecer como é que foi as vendas e onde foi o dinheiro gasto. Que foi no almoço de despedida do Sr. Paulo Matias.”

O Presidente da Assembleia informa todos os presentes que foram entregues 30€. Questionou as bancadas no sentido de perceber se existiam algumas perguntas.

Interveio o eleito da CDU, Fábio Roxo, que questionou o que significa ferro velho para a Junta de Freguesia e que tipo de ferro velho é vendido. Se é material da junta de freguesia se é apenas material que é apanhado por aí. Questionou também o que era feito a esse dinheiro, quem o guardava e onde era colocado.

Interveio novamente o membro do público que não se identificou anteriormente e passamos a citar: “O dinheiro do ferro velho foi diverso ferro velho que é restos de sinais, paragens de carreira que ainda estavam muito boas, de alumínio... foi restos disso.”

Interveio do eleito do PSD, Paulo Pascoal pretendendo conformar que existiu então uma venda de ferro velho e que esse ferro velho pertencia então à Junta, concluindo que existiu uma venda,

mas que esse dinheiro nunca chegou a entrar na contabilidade da junta de freguesia uma vez que esse mesmo dinheiro foi utilizado num almoço.

O eleito do PS, Pedro Pereira também interveio questionando quanto tempo durou essa situação e o porquê de só agora se ter tornado público, uma vez que já existiram outras assembleias onde estavam presentes os mesmos funcionários que estão presentes hoje e onde tiveram oportunidade de falar e não o fizeram.

O mesmo funcionário que continua sem se identificar responde dizendo e passamos a citar: “O António Filipe falou no assunto mas nós ainda não tínhamos nada mas já sabíamos que o ferro velho andava no ar porque já o Paulo Matias tinha feito o almoço de despedida com o nosso dinheiro. Fomos à obra do Camarnal, eu mais o Presidente e o encarregado e eu tive oportunidade de perguntar ao Presidente o que é que ele sabia do ferro velho e ele disse *nada, não sei nada disso* e fiz a mesma pergunta ao encarregado por causa do ferro velho e ele disse que não sabia de nada. Venho para o estaleiro e encontro a Rosário, *Oh Rosário como é que é do ferro velho?* – *O ferro velho o Paulo Matias fez o almoço e tem essa quantia e o Vítor tem 99€ no bolso* e eu tinha vindo com o Presidente de ao pé dele e ele não nos disse nada. A partir daí foi esta roda viva e por isso é que não foi aqui esclarecido e estive aqui pessoal que sabia, que tinha estado no almoço e que sabiam que tinha venda de ferro velho, eles é que podiam esclarecer não era eu. Eu sonhava que havia mas não sabia que tinham ido vender o ferro velho, foi a razão de eu não esclarecer.”

De seguida interveio Maria do Rosário dizendo e passamos a citar: “Boa noite, eu sou a dita Maria do Rosário que anda aqui na baila. É verdade que eu disse, não tinha nada a esconder nem sabia que era segredo. Para mim não era segredo nenhum. Eu fui almoçar a casa do Paulo Matias, não havia lá ninguém a não ser os empregados da Junta, não eram todos como ele disse mas não havia lá mais ninguém. Convidados de fora não havia ninguém, eram só empregados da Junta. Porque é que ele não convidou todos isso não me perguntem porque eu não sei. Em relação ao sonhar, sonhar muita gente sonha, eu até sonho todos os dias também. Eu só estou na Freguesia há dois ou três anos, quase três parece-me, mas segundo me parece já havia almoços antes. De onde vinha o dinheiro também não sei, se era do bolso do Paulo Matias ou se era do ferro velho... Ah em relação ao ferro velho, era sim senhora o resto das paragens de autocarro que o Pedro referiu que estavam muito boas. Se estivessem boas tinham ficado lá por isso é que saíram. E mais, eles sabem bem, era ferro velho que a gente apanhava onde

havia... ao pé dos caixotes do lixo, cada um apanhava e depositava ali, depois foi vendido e foi feito um almoço, como nem todos apanhavam, nem todos comeram. Isto é o esclarecimento que tenho a dar. E acho triste, acho muito triste vir para aqui lavar roupa suja, mas pronto, se acham que isto tem interesse, força para a frente. Ah eu ainda não recebi os 10€, hei de recebê-los, mas não os vou dar, eu é que acartei o ferro velho e a Junta era só o fiel depositário, o ferro velho estava na junta porque agente punha-o lá, agora o que é que se vendeu que era da Junta? Meia dúzia de ferros das paragens do autocarro? E isto tudo surgiu porque eles não foram convidados, que eu achei mal e eu disse logo, isto vai dar trapel para não dizer outra coisa. Achei mal porque se era, era para todos, mas isso eu não fiz convite nenhum. O Sr. Pedro falou duas vezes no meu nome e eu queria esclarecer, é verdade que eu disse que havia dinheiro porque havia. Foi de quê? Do ferro velho, mas o ferro velho não era só os restos da Junta, mas pronto foi o que foi e espero que me desculpem, mas eu tinha de dizer isto. Obrigada”

O eleito do Chega, Diogo Figueira, pediu a palavra para dar os parabéns aos funcionários por darem a cara ao contrário do antigo presidente da Freguesia e atual Vice-Presidente Camarário, Paulo Matias. Acrescentou que não lhe interessa saber o tipo de ferro velho ou se havia ou não dinheiro envolvido, mas sim que seria mais importante o Sr. Paulo Matias vir dar a cara. Afirmou também não lhe interessar saber quem estava nos almoços, mas que os dois funcionários que foram para a Câmara talvez lá estivessem.

O Presidente do Executivo tomou a palavra e explicou que tomou conhecimento deste assunto aquando da tomada de posse e reiterou o que disse até então, que as matérias para as quais não existem provas formais e que por mais que acredite nas palavras das pessoas não poderá estar a acusar alguém sem existirem as tais provas. Disse também que informou os funcionários que tais práticas a terem existido que não voltariam a existir e que se existir material para sucatar o mesmo será enviado para uma empresa para efetuar esse trabalho e que passará o respetivo recibo.

Pediu a palavra o eleito do Chega, Pedro Silva que se mostrou perplexo com toda a situação, dizendo que isto será um alerta para o executivo atual uma vez que o mesmo se deverá pautar pela transparência para que situações idênticas não deixem na população um sentimento de falta de confiança. Remeteu também os parabéns aos trabalhadores dizendo que os mesmos foram sinceros e que mais vale tarde que nunca. Indicou também o antigo presidente Paulo Matias se deveria defender e que pode e deve ter essa liberdade para se justificar. De seguida

passou por explicar que a moção apresentada pelo Chega relativamente à Passinha deverá servir para alertar a Assembleia para uma preocupação que deverá ser de todos.

De seguida interveio o eleito da CDU, Fábio Roxo, que começou por endereçar um voto de solidariedade aos habitantes da Passinha. Questionou depois o Executivo sobre a situação do Suplemento de Penosidade e Insalubridade (SPI), ou seja, se existe alguma evolução desde a última Assembleia. Aproveitou também para questionar sobre os caminhos vicinais de Cabeços e tentou perceber se existe algum plano para reabilitar os mesmos, uma vez que ficaram muito degradados devido às intempéries e ainda tentou perceber se existe algum planeamento para intervenção na zona da estrada Nacional onde existem cada vez mais jovens a pé no sentido Alenquer-Casais Novos e Casais Novos-Carregado, devido à escola profissional existente no local. Sugeriu a criação de passeios, iluminação de passadeiras e colocação de sinalização vertical. Deixou ainda a nota sobre a questão da falta de segurança na circulação de carros e peões junto à Urbanização da Barnabé.

Tomou a palavra o Presidente Do Executivo que deu uma nota positiva ao facto de pela primeira vez ter havido pronunciamento sobre a defesa dos interesses dos moradores da Passinha numa Assembleia de Freguesia. Referiu que todos os melhoramentos que possam ser feitos naquela via que são da responsabilidade camarária e que tinha sido aprovado em reunião de camara a colocação de semáforos, mas que considera ser uma medida insuficiente para a resolução de quaisquer problemas a curto prazo. Relativamente à questão sobre o SPI referiu não ter conhecimento de nenhuma evolução por parte do tribunal mantendo-se toda a situação do valor estar cabimentado para uma eventual necessidade de pagamento após decisão judicial. Referiu ainda existirem alguns assuntos levados a reunião de camara por diversas ocasiões e não existir qualquer resposta por parte da mesma. Em relação aos caminhos vicinais referidos pelo eleito da CDU, o Presidente Micael indicou terem sido efetuadas algumas intervenções por forma a tornar os caminhos minimamente transitáveis, não só nos Cabeços, mas também na Passinha, na Estrada da Várzea e Chapéu de Ferro. Sobre a Urbanização da Barnabé indicou ter conhecimento da situação, no entanto essa é uma situação que não está sobre a alçada da Freguesia mas sim da IP e que cabe à Camara pressionar nesse sentido de uma resolução ou na elaboração de um projeto.

De seguida interveio o eleito do Chega, Pedro Silva que indicou que a Camara municipal tem poder para resolver o problema da Barnabé uma vez que saiu uma lei que indica que a Camara

poderá pedir a desclassificação da estrada junto da IP e ficar responsável pela mesma. Indicou ter conversado por diversas vezes com o antigo vereador Tiago Pedro em que o mesmo indicou existir um projeto que permitia a desclassificação do troço entre a entrada da Quinta do Barnabé até aos semáforos e onde esse projeto envolvia a construção de uma rotunda na zona do cruzamento da entrada para a urbanização. Disse também ter reunido com o atual presidente onde o mesmo lhe disse que desclassificar o troço implica mais custos e responsabilidade para a camara, ao que o eleito do Chega respondeu que apenas será feita alguma coisa quando existir ali uma tragédia.

Interveio de seguida o eleito do Chega, Diogo Figueira que referiu ter lido uma notícia sobre buscas efetuadas em Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e na sede do PS. Questionou se a Junta de Freguesia de Alenquer, apesar de não ser atualmente liderada pelo PS, se consta naquela notícia ou se existe alguma situação semelhante relativa à Junta de Freguesia de Alenquer.

O Presidente da Freguesia respondeu dizendo que atualmente existem duas situações. Uma delas que teve conhecimento da mesma há poucas semanas, que é uma situação que se encontra sobre investigação e que já vinha do anterior executivo. A outra, referiu que foi abordado pela polícia judiciária e que respondeu sobre alguns factos, mas que a situação é sigilosa e que não pode adiantar mais informação.

O Presidente da Assembleia e eleito pelo MIUFA questionou se os dois assuntos estariam relacionados com o anterior executivo e o Presidente Micael confirmou que sim.

O eleito da CDU, Fábio Roxo, quis esclarecer, ainda relativamente ao pagamento do SPI, se à data de hoje as horas relativas ao SPI estão ou não a ser contabilizadas. O Presidente Micael esclareceu que o pagamento do respetivo subsídio começou a ser pago aos trabalhadores ainda pelo anterior executivo em janeiro de 2025, tendo sido esse mesmo pagamento a razão para o STAL pedir o pagamento de retroativos.

O eleito pelo PSD, Paulo Pascoal, pediu a palavra para questionar retoricamente o que fez a Câmara até agora no sentido de pressionar a IP a resolver o problema da Quinta da Barnabé uma vez que até agora nada fez para resolver a situação da Passinha.

De seguida interveio o eleito do PSD, Miguel Rucha que aproveitou para questionar como está a situação do estaleiro relativamente à regularização do espaço por parte da Câmara, o Presidente Micael respondeu que esse tema, à semelhança de outros continua sem resposta e que a situação se mantém inalterada. Indicou também que a última vez que falou com o Sr. Vice-Presidente, o mesmo o informou que estão a tentar resolver uma situação jurídica uma vez que o espaço se encontra com alguns constrangimentos relacionados com direitos de superfície e até os mesmos não se encontrarem resolvidos não se poderão avançar com quaisquer obras no espaço.

O Presidente da Assembleia tomou a palavra para questionar relativamente ao contrato de espaços verdes quantas propostas existiram e quais foram os elementos do júri. Questionou também o porquê de a União das Freguesias de Alenquer não estar oficialmente representada na Procissão do Espírito Santo. O Presidente Micael respondeu ter existido um convite a três ou quatro empresas de acordo com os moldes necessários à Consulta Prévia. Relativamente ao júri indicou já não se lembrar quem foram os elementos e que só consultando a documentação conseguiria dar uma resposta e propôs-se a enviar toda a documentação ao eleito pela MIUFA. Em relação à representação na Procissão indicou não ter existido disponibilidade de nenhum dos elementos do executivo.

Não tendo existido mais intervenções, o Presidente da Assembleia passou assim para o Período da Ordem do Dia.

Ponto nº 1 – Leitura e Aprovação da Ata da Sessão Ordinária de 28.04.2026

O eleito do PSD, Miguel Rucha, indicou faltar uma menção na ata sobre a eleição do eleito Pedro Rodrigues da Silva como 2º Secretário.

Foi votado o ponto e aprovado com 10 votos a favor e 3 abstenções.

Ponto nº2 – Apreciação, Discussão e Votação da Proposta de Revisão do Regimento da Assembleia da União das Freguesias de Alenquer

O Presidente da Assembleia explicou que após a receção de inúmeras propostas de alteração ao regimento que recebeu de algumas bancadas e que também após duas reuniões com um membro de cada partido, se resolveu reduzir as propostas para um número mais considerável. O Presidente Micael tomou a palavra para explicar que relativamente este ponto cabe ao

Executivo regular o mesmo. Passou depois à leitura de um parecer jurídico que demonstra não estarem reunidas as condições para se viabilizar a referida proposta. Esse documento ficará anexo a esta ata.

O eleito do PS, Pedro Pereira, tomou a palavra para referir que tendo em conta a leitura do documento por parte do Presidente da Freguesia e a existência de um regimento em vigor, sugere então manter-se o atual regimento e colocar-se de parte esta questão uma vez que não existe legalidade em alguns pontos.

De seguida interveio o eleito do PSD, Paulo Pascoal, que sugere a retirada do ponto pelas razões enumeradas no documento lido pelo Presidente Micael.

O eleito do Chega, Diogo Figueira, deixou a ressalva que enquanto bancada do Chega quiseram inovar e que foi com boa intenção as propostas de alteração ao regimento, mas concordou em manter-se o atual e de futuro de uma forma mais ponderada e assessorada talvez se possa fechar uma versão mais atualizada.

O Presidente da Assembleia enquanto membro eleito do MIUFA também concordou o ponto não ser votado e continuar com o regimento em vigor.

O Ponto não foi votado.

Ponto nº3 – Apreciação, discussão e votação da Proposta de Autorização Prévia para a assunção de compromissos plurianuais.

Foi dada a palavra ao Presidente da Freguesia que começou por explicar a necessidade de levar este ponto à Assembleia e que muito resumidamente se prende com a necessidade de fazer cumprir a lei, coisa que aos dias de hoje não está a acontecer com alguns compromissos assumidos anteriormente que não estão a cumprir as regras da contratação pública. Explicou que existe a necessidade de aprovação em Assembleia dos compromissos plurianuais por forma que se possam efetuar contratos a médio prazo como é por exemplo o caso do contrato das telecomunicações. Ao realizarem-se contratos plurianuais sem autorização prévia estão a meter-se em causa orçamentos futuros.

Tomou a palavra a eleita do PS, Vera Ribeiro, que começou a sua intervenção dizendo que o que está em causa é saber se a Assembleia acompanha decisões que não são apenas para este ano mas também para os próximos e que as mesmas não são decisões simples como as

compras diárias do dia a dia, mas sim decisões que podem afetar o futuro da Freguesia e de todos os fregueses e que por isso faz sentido que sejam fiscalizadas e previamente fiscalizadas. Indicou que a bancada do PS defende o equilíbrio e que obviamente que a Junta de Freguesia deverá poder trabalhar, mas que cabe a Assembleia acompanhar aquilo que é mais importante e que olhando para o valor proposto parece manifestamente elevado e que por isso as decisões realmente importantes deixarão de passar pela Assembleia. Propõe assim um limite máximo de 25.000€ e que tudo o que ultrapasse esse limite deverá voltar à Assembleia para ser discutido e decidido, à exceção de tudo o que já foi previamente aprovado em orçamento ou nas grandes opções do plano. Defende que se trata de uma proposta equilibrada não atrapalhando o dia a dia e não trava o que já foi previamente aprovado. Indicou que existem outras freguesias com valores mais elevados e que os diferentes partidos tomaram até decisões diferentes daquelas que estão a querer ser tomadas hoje, dizendo que o PSD votou contra propostas semelhantes em freguesias governadas pelo Chega, mas que estão ali para decidir o que é melhor para a Freguesia de Alenquer. Defendeu também que o objetivo é simples, querem apenas mais responsabilidade, transparência e acompanhamento.

O eleito da CDU, Fábio Roxo, questionou qual o valor concreto de se está a falar. O Presidente Micael respondeu dizendo que o valor não foi estabelecido pelo Executivo, mas que é de lei e que o mesmo não é possível baixar. Explicou que esta proposta obriga o Executivo a dar conhecimento de todos os contratos efetuados e que o que se passava no passado era ilegal, relembrando que existia uma empresa que dava apoio à contabilidade e que não tinha contrato. Explicou que o seu grande objetivo é tornar tudo mais transparente do que aquilo que acontecia no passado por forma a não existirem erros uma vez que a gestão de uma Freguesia é bastante diferente da gestão de uma casa porque se algo corre menos bem a responsabilidade recairá sobre todos. Indicou também que não quer continuar a trabalhar como foi feito até então. Explicou que a Freguesia de Abrigada, liderada pelo PS, tem este documento aprovado com o limite de 500.000€ e com um orçamento bastante inferior ao da Freguesia de Alenquer.

Tomou a palavra o eleito do PS, Pedro José Pereira, para dar a nota que efetivamente em Abrigada existe esse documento aprovado e que também existiram abstenções e votos contra relativamente a esse ponto precisamente pelos mesmos motivos, por ser um valor muito elevado e até superior ao próprio orçamento e daí existirem dúvidas. Apesar do ponto para o mesmo ser claro, sugeriu fazer-se um pedido de um parecer para se perceber o que nestas

circunstâncias políticas é possível fazer. Indicou também que a votação relativa a este ponto, na Freguesia de Abrigada, lhes deu alguma clareza relativamente à legalidade, porque se estava tudo legal no que diz respeito ao ponto, o que é certo é que o mesmo não foi votado a favor por parte do PSD.

Interveio de seguida o eleito do Chega, Diogo Figueira, que referiu que solicitar o tal parecer lhe parece bem, mas que lhe parece claro o valor que está na lei e que, portanto, não avançar seria estar a perder-se tempo e dinheiro.

O Presidente da Assembleia de Freguesia, em nome do movimento que representa, disse que apesar de confiar no executivo e que apesar do mesmo estar na lei, considera o valor muito elevado.

Tomou a palavra o Presidente da Freguesia para explicar que o ponto faz parte do regime jurídico das autarquias locais e que não foi nenhuma criação do executivo, explicando que o valor é igual tanto para Freguesia de Alenquer como para a Freguesia de Lisboa, sendo que para Alenquer é muito e que para Lisboa é pouco e que para a de Abrigada ainda mais elevado é, mas que foi assim que foi construído e é o que permite os investimentos plurianuais estarem ou não dentro da legalidade.

O Presidente da Assembleia de Freguesia deixou uma nota final dizendo que sente durante 16 anos tudo foi mal feito e de forma ilegal, mas que durante esses anos fez parte da Assembleia assim como o próprio Micael Correia, atual Presidente, fez parte da mesma durante muitos anos e nunca alertou para qualquer situação que estivesse ilegal.

O ponto foi votado e aprovado com 7 votos a favor, 5 votos contra e 1 abstenção.

Ponto nº4 – Apreciação, discussão e votação da proposta da União das Freguesias de Alenquer a solicitar autorização para a celebração do contrato interadministrativo com o Município de Alenquer para assegurar o transporte escolar no ano letivo 2026/2027

O Presidente da Assembleia de Freguesia, questionou o Executivo relativamente a este ponto uma vez que o mesmo tinha sido chumbado horas antes em reunião de câmara. O Presidente Micael deixou um apontamento relativamente à forma como os transportes são feitos no concelho uma vez que lhe suscita algumas dúvidas e relativamente à situação da Freguesia de Alenquer disse que atualmente, e apesar de se querer continuar a prestar esse serviço, o

mesmo atualmente está a causar prejuízo. Explicou que a receita do transporte escolar terá diminuído cerca de 30.000€ face aos anos anteriores. Acrescentou também que existe uma pessoa afeta a este serviço, para além disso têm de existir duas carrinhas pela necessidade de back up em caso de avaria ou acidente de uma delas e ainda o aumento dos preços dos combustíveis. Diz ter sugerido à Câmara a revisão da taxa por quilometro e ainda a aferição do número de quilómetros comunicados para ser mais claro e transparente todo o processo dos transportes escolares. Indicou ainda que a proposta que irá ser votada e à semelhança dos anos anteriores, será um pouco às cegas porque se vai aprovar um valor por quilómetros sem se saber exatamente quantos quilómetros se irão fazer.

O eleito pelo PSD, Miguel Rucha, questionou qual a diferença de alunos face ao ano letivo anterior que justifique a redução da verba indicada pelo Presidente. O Presidente Micael respondeu que a diferença foi de apenas um aluno. O eleito Miguel Rucha deixou então os parabéns à Junta de Freguesia por conseguir fazer um transporte escolar mais eficiente com o mesmo número de alunos.

O Ponto foi votado e foi aprovado com 10 votos a favor, 2 votos contra e 1 abstenção.

Ponto 5 – Apreciação da proposta sobre a eventual celebração de contrato de arrendamento de imóvel para instalação de nova delegação da União das Freguesias de Alenquer na Vila Baixa

O Presidente Micael começou por explicar que esta situação se prende com o facto de termos a Sede na Vila Alta e a Delegação na Vila Baixa e que os dois espaços não oferecem condições de trabalho e de atendimentos dignos às pessoas. Relativamente à Sede explicou que é um edifício público que não oferece condições de acessibilidade a pessoas de mobilidade reduzida, é um edifício que é da Câmara e que está cedido à Freguesia há já muitos anos e que necessita de algumas melhorias. Continuou a explicar que tendo em conta a atual estrutura da Freguesia a nível administrativo, não é possível ter as cinco pessoas a trabalhar na Vila Baixa o que obriga a ter os funcionários divididos pelos dois locais. Indicou ainda que a média mensal de pessoas a deslocarem-se até à Sede na Vila Alta é muito reduzido, cerca de 3 a 4 pessoas e que manter a Sede aberta tem um custo muito elevado anualmente. Explicou também que a Delegação tem um espaço muito reduzido não havendo, portanto, sítio para crescer e melhorar e por essas razões e pelo facto de dar outro tipo de serviço à população se está a pensar então

relocalizar os serviços todos na Vila Baixa. Indicou existirem dois espaços prontos a alugar e que possivelmente será um dos dois onde se localizarão os serviços. No futuro existirá uma nova Sede localizada nas Paredes, junto à Sede dos Escuteiros e que servirá grande parte da população, uma vez que é ali que se encontra cerca de 50% da população da Freguesia e com tendência a crescer.

O eleito do PS, Pedro Pereira, e em nome de toda a bancada, manifestou o seu apoio a esta mudança uma vez que trará melhores condições para todos os fregueses.

Diogo Figueira, eleito do Chega, interveio para colocar algumas questões, entre elas se será necessário um investimento extra, se já existe atualmente alguma previsão de custos que possam surgir com esse aluguer, qual a previsão temporal para essa mudança e relativamente à nova sede se existe também uma previsão para a mesma esta operacional.

O Presidente Micael respondeu dizendo que os espaços em causa requerem obras e que no máximo custaram entre 15 e 20mil euros. Indicou também que este é apenas o ponto de partida e que o próximo passo será saber valores de renda e comunicar os mesmos, assim como todas as informações a toda a Assembleia.

O eleito da CDU, Fábio Roxo, interveio dizendo que também não será pela CDU que as melhorias não serão efetuadas, pediu apenas mais informações tal como o Presidente Micael referiu que iria fornecer.

Tomou depois a palavra o eleito do Chega, Pedro Silva, que também concordou com a necessidade de existirem melhoramentos por forma a dar um espaço condigno a toda a população, assim como a todos os funcionários. Referiu ser uma excelente ideia e que tem todas as condições para avançar.

Interveio de seguida o eleito do PSD, Paulo Pascoal, que indicou estarem inteiramente de acordo com a proposta uma vez que a Freguesia será a única do concelho de Alenquer que não tem um edifício para o qual se olhe e que identifique imediatamente que é a Sede da Freguesia e que por isso é tempo de olhar para o futuro e pensar em lançar as bases para que existe realmente uma Sede e um edifício condigno. Relativamente às instalações da Vila Baixa, o eleito questionou o que pretende o executivo fazer com as mesmas após os serviços transitarem para o novo espaço arrendado. O Presidente Micael respondeu que numa primeira

fase a ideia será alugar as instalações, mas que no futuro e após a construção da nova sede, manter então dois pontos de atendimento, um nas Paredes e o outro novamente na Vila Baica reativando as antigas instalações da Delegação.

O eleito do PS, Pedro José Pereira, agradeceu à Direção a cedência do espaço no Centro de Convívio do Porto da Luz e Pancas para que a Assembleia pudesse ser descentralizada.

Ponto nº6 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta

O Presidente Micael leu a Informação do Presidente, que ficará anexa a esta ata.

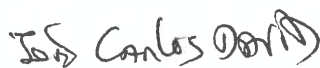
Ponto nº7 – Aprovação da Ata em Minuta

O Presidente da Assembleia encerrou a sessão pelas 23h45m passando depois à leitura da minuta da ata pela 1º Secretária, Matilde Faria.

A minuta da ata foi votada e aprovada com 12 votos a favor.

O Presidente da Mesa da Assembleia

O 1º Secretário da Mesa da Assembleia



João Carlos Domingos David



Matilde Vieira Faria